

UMA EXPLICAÇÃO NÃO-CONTEXTUALISTA A FAVOR DA COMPATIBILIDADE ENTRE O PRINCÍPIO DE FECHAMENTO E A CONDIÇÃO DE SENSIBILIDADE

A NON-CONTEXTUALIST EXPLANATION IN FAVOR OF COMPATIBILITY
BETWEEN THE SENSITIVITY CONDITION AND THE CLOSURE PRINCIPLE

*Gabriel Reis de Oliveira*¹

Resumo: A tensão entre o princípio de fechamento (PF) e a condição de sensibilidade foi originalmente notada por Fred Dretske (1979) e Robert Nozick (1981). Essa tensão é frequentemente utilizada pelos contextualistas semânticos a fim de oferecerem um caso a favor da ideia de que as atribuições de conhecimento são sensíveis ao contexto, uma vez que, somente se este for o caso, a tensão é solucionada. Meu objetivo neste artigo é apresentar uma explicação não-contextualista a favor da compatibilidade entre diferentes versões da condição de sensibilidade e o PF, de modo a resolver a tensão que leva alguns epistemólogos a adotarem o contextualismo. Farei isso recorrendo à resposta de Stephen Wykstra (2007) a Andrew Graham e Stephen Maitzen (2007) que objetaram afirmando que o Princípio de Condição de Acesso Epistêmico Razoável (CAER), uma versão da condição de sensibilidade, viola o PF. Wykstra apela a uma distinção feita por Rudolph Carnap (1962) na lógica indutiva para demonstrar que PF funciona adequadamente com CAER e, conseqüentemente, com a condição de sensibilidade. A contribuição de Wykstra a este debate é desconhecida entre os epistemólogos por se situar na sua discussão sobre o problema evidencial do mal na Filosofia da Religião. Por essa razão, contextualizarei o seu argumento para demonstrar a aplicabilidade dele à questão do relacionamento conflituoso entre a condição de sensibilidade e o PF.

Palavras-chaves: Fechamento. Sensibilidade. CAER.

Abstract: The tension between the closure principle (CP) and the condition of sensitivity originally noted by Fred Dretske (1979) and Robert Nozick (1981) is often used by semantic contextualists in order to offer a case in favor of the idea that knowledge assignments are context-sensitive, since only if this is the case is the tension resolved. My goal in this paper is to present a non-contextualist explanation in favor of compatibility between different versions of the condition of sensitivity and the CP, in order to resolve the tension that leads some epistemologists to adopt contextualism. I will do this using Stephen Wykstra's (2007) response to Andrew Graham and Stephen Maitzen (2007) who objected that the Condition of Reasonable Epistemic Access (CORNEA), a version of the sensitivity condition, violates the CP. Wykstra appeals for a distinction made by Rudolph Carnap (1962) in inductive logic to demonstrate that CP works properly with CAER and, consequently, with the condition of sensitivity. Wykstra's contribution to this debate is unknown among epistemologists because it is situated in their discussion of the evidential problem of evil in Philosophy of Religion. For this reason, I will contextualize your argument to demonstrate its applicability to the issue of the conflicting relationship between the condition of sensitivity and the CP.

Keywords: Closure. Sensitivity. CORNEA.

¹ Doutorando no programa de Pós-graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Graduado em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre pelo programa de pós-graduação em Lógica e Metafísica da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: reisgabri@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1949-0148>

1. Introdução

O princípio de fechamento epistêmico (PF) capta a intuição de que podemos saber o que derivamos como conclusão de determinadas premissas. Assim, para usar o exemplo clássico da filosofia, se sabemos que todo homem é mortal e que Sócrates é homem, sabemos que Sócrates é mortal. De acordo com esse princípio, se um sujeito sabe alguma proposição, digamos p , e sabe que p implica uma outra proposição, digamos q , então esse sujeito está em posição de saber que q .

Por outras palavras, o princípio capta a intuição de que, se um sujeito está justificado em acreditar em alguma proposição, e sabe que essa proposição implica outras, então esse sujeito também está justificado a acreditar nas outras proposições que sabe que são implicadas por ela. A maneira pela qual as proposições estão implicadas é considerada “fechada” através da relação de implicação conhecida. Dessa maneira, podemos caracterizar o princípio afirmando que

(PF) Se S sabe que p e sabe que p implica q , então S sabe que q .

Na discussão de Williamson (2000) sobre PF e seus contraexemplos, uma versão refinada do princípio pode ser expressa da seguinte forma:

(PF-W) Necessariamente, para todos os sujeitos S e para todas as proposições p e q : se S sabe que p , e se S infere q competentemente de p , e se S assim passa a acreditar que q , então S sabe que q . (p.117)

Outros refinamentos de PF podem ser oferecidos (veja David e Walfield 2008; Baumann: 2011) em face de contraexemplos propostos. No entanto, por questões de simplicidade e objetivo, a formulação conforme expressa em (PF) nos é suficiente.

O PF sustenta o que é aparentemente inegável: podemos aumentar o nosso conhecimento reconhecendo e aceitando o que se segue do que já sabemos. E além do mais, ver o que se segue de uma reivindicação de conhecimento pode nos levar a reconsiderar e retirar a nossa reivindicação inicial. Pelo que a negação de PF é considerada como absurda por grande parte dos epistemólogos, pois não apenas limita o nosso conhecimento, mas priva-nos de reconhecer as consequências indesejáveis das nossas reivindicações e, portanto, revisar tais reivindicações. Richard Feldman (1999, p.95) afirmou que “a ideia de que nenhuma versão do princípio de fechamento é

verdadeira [...] está entre as ideias menos plausíveis para ganhar popularidade na epistemologia nos últimos anos.” Devido a plausibilidade inicial de PF, princípios epistêmicos conflitantes ao PF devem ser rejeitados.

Um princípio epistêmico que é frequentemente considerado conflitante com o PF é a denominada condição de sensibilidade. A condição de sensibilidade foi inicialmente oferecida por Fred Dretske (1979) e Robert Nozick (1981).² De acordo com essa condição, Nozick defende que você sabe (tem uma crença verdadeira, justificada) que *p*, somente se, *p* fosse falso, você não acreditaria que *p*.³ E numa formulação da condição de sensibilidade similar à de Nozick oferecida por Dretske, que inclui razões conclusivas, você sabe que *p* se você tem uma razão conclusiva *R* de tal modo que se *p* não fosse verdade, você não teria a razão conclusiva *R*. Mas em que esses princípios são incompatíveis? Na segunda seção, apresentarei o argumento a favor da incompatibilidade entre ambos os princípios oferecido por Andrew Graham e Stephen Maitzen (2007). Antes, na primeira seção, devo mostrar ao leitor em que contexto o argumento de Graham e Maitzen surge. Na terceira seção descreverei a objeção cética ao PF e a solução contextualista para salvar o PF. Por fim, na quarta seção, apresentarei a explicação de Wykstra a favor da compatibilidade entre PF e a condição de sensibilidade, de modo a

² O próprio Nozick (1981, p.206-11) declarou abertamente que sua explicação da condição de sensibilidade é incompatível com o PF, e é precisamente essa incompatibilidade que levou Nozick a abandoná-lo. Ao passo que tal incompatibilidade levou a maioria dos filósofos a rejeitar a condição de sensibilidade afim de preservar o PF.

³ Essa formulação faz parte de um conjunto derivado de uma análise feita por Nozick (1981, p.167-288) do conhecimento que um sujeito tem de *p*. Tal conjunto é suficiente para que um sujeito *S* saiba que *p*:

- (1) *p* é verdadeiro
- (2) *S* acredita que *p*
- (3) Se *p* fosse falso, *S* não acreditaria que *p*
- (4) Se *p* fosse verdadeiro, *S* acreditaria que *p*. (p.172, 178)

Nozick (1981) refinou as suas condições para bloquear o famoso contraexemplo da avó em que “uma avó vê que seu neto está bem quando vem ele a visita; mas se ele estivesse doente ou morto, outros diriam que ele estava bem para poupá-la de transtornos” (p. 179). Nesse caso, a avó sabe que o neto está bem mesmo a condição (3), nomeadamente a condição de variação, não sendo satisfeita. A estratégia que Nozick recorreu para bloquear contraexemplos como esse foi indexar o método de aquisição de crenças usados pelo sujeito (veja p. 179-85). Dessa forma, *S* sabe, por meio do método *M*, que *p* se e somente se

- (1) *p* é verdadeiro
- (2') *S* acredita, por meio do método *M*, que *p*
- (3') Se *p* fosse falso e *S* usasse *M* para chegar à crença que *p*, então *S* não acreditaria, por *M*, que *p*
- (4') Se *p* fosse verdadeiro e *S* usasse *M* para chegar à crença que *p*, então *S* acreditaria, por *M*, que *p* (p. 179).

Nesse refinamento temos a melhor formulação do conjunto de Nozick. Voltando para o contraexemplo da avó, uma vez que a avó passa a acreditar que seu neto está bem pelo método *M* de olhar para ele quando ele a visita, (3') não é satisfeita apenas se sua capacidade de observação estivesse prejudicada de tal modo que ela teria acreditado que ele estava bem mesmo se tivesse doente.

Por questões de simplicidade e para seguir a atual tendência da discussão, chamarei (3), a condição de variação, de condição de sensibilidade.

eliminar as objeções céticas ao PF e a força explicativa que torna o contextualismo atraente.

2. O problema evidencial do mal e a condição de sensibilidade

O problema do mal apresenta o argumento mais proeminente contra a existência de um ser sumamente bom, onipotente e onisciente. Contemporaneamente, o problema do mal assume a forma evidencial ou probabilística. O argumento evidencial tal como proposto por William Rowe envolve uma premissa teológica, segundo a qual o mal gratuito seria uma forte evidência contra a existência de Deus, e uma premissa empírica, segundo a qual o mal gratuito ocorre no mundo. Dadas essas duas premissas (e, às vezes, outras *informações de base*), os argumentos concluem que a existência de Deus é improvável, talvez altamente improvável.

Dado que a premissa teológica é tomada como incontroversa, o empreendimento de Rowe centrou-se na tentativa de justificar a premissa empírica. O argumento original de Rowe baseia sua justificativa no que nos parece acerca dos males existentes no mundo. Aqui está uma maneira de representar o argumento original de Rowe a favor da premissa empírica:

1. Vemos casos de sofrimento gratuito que Deus poderia ter impedido.
2. Parece que há casos de sofrimento gratuito que Deus poderia ter impedido

E baseado no que Richard Swinburne (1979) chama de “Princípio de Credulidade”: Se parece a nós que *p*, então somos *prima facie* racional a acreditar que *p*, portanto,

3. Há casos de sofrimento gratuito que Deus poderia ter impedido.

O ponto é que, por mais que tentemos, não vemos nenhum bem justificador de determinados sofrimentos. Assim, parece que não existe um bem justificador de determinados sofrimentos. Portanto, não existe um bem justificador desses determinados sofrimentos.

Uma resposta famosa a esse argumento é chamada de “teísmo cético”. A tese principal do teísmo cético é que os seres humanos não estão em posição epistêmica para

julgar que o mal aparentemente gratuito é realmente gratuito. Stephen Wykstra foi pioneiro na abordagem teísta cética em seus escritos contra o argumento do mal de Rowe. O núcleo do argumento de Wykstra (1984) é o que ele chama de CAER (CORNEA, no original), um acrônimo para a Condição de Acesso Epistêmico Razoável, segundo a qual

(CAER) Com base na situação cognitiva *s*, um sujeito *S* está autorizado a afirmar “Parece que *p*” somente se for razoável para *S* acreditar que, dadas as suas faculdades cognitivas e o uso que faz delas, se *p* não fosse o caso, *s* seria provavelmente diferente do que é em alguma medida discernível para *S*. (p. 84)

De acordo com Wykstra (1984), CAER aplica-se ao sentido "cognitivo-epistêmico" de "parecer". No sentido epistêmico de "Parece que *p*", escreve ele, "considero que existe uma conexão evidencial entre o que estou inclinado a acreditar (a saber, que *p*) e a situação cognitiva que me inclina a acreditar (a saber, *s*)" (p.86).

Portanto, o CAER de Wyksra é apresentado como um princípio plausível que bloqueia a inferência de (1) a (2), de afirmações sobre o que não vemos ou sabemos, a afirmações sobre como as coisas parecem ou como de fato são.

Wykstra insiste que podemos não ver certas coisas em determinadas situações mesmo que eles existam – por exemplo, não ver o vírus em uma agulha ou pulgas na garagem. Nesses casos, não podemos deduzir adequadamente que o objeto não existe. Assim acontece, de acordo com Wykstra, com as razões de Deus para muitos males. As razões oniscientes de Deus para esses males simplesmente não são "visíveis" pelas mentes finitas dos seres humanos.

Wykstra afirma que, assim como um bebê humano de um mês de idade carece da capacidade de compreender as complexas razões que um pai sábio e amoroso tem para permitir que ele sofra, nós, seres humanos, muito provavelmente não temos capacidade para compreender as razões que Deus tem para permitir muitos dos males. Logo, a principal premissa – que existem males gratuitos – é injustificada, e o argumento de Rowe falha. Portanto, segundo Wykstra, existem sofrimentos que nos parecem não ocorrer por um bem maior, mas nos pareceria exatamente assim mesmo que houvesse um bem maior que somos incapazes de conhecer.

O que é importante para os nossos propósitos é notar que dentro do CAER há uma versão da condição de sensibilidade oferecida por Dretske e Nozick. Essa condição está na cláusula condicional subjuntiva do CAER: “se *p* não fosse o caso, *s* seria provavelmente diferente do que é em alguma medida discernível para *S*”. E essa mesma

condição é suscetível a objeção de violar o PF. E é essa objeção que veremos na seção a seguir.

3. A objeção da violação do princípio de fechamento pela condição de sensibilidade

Andrew Graham e Stephen Maitzen (2007) escreveram um breve artigo intitulado ‘CORNEA AND CLOSURE’. O objetivo deles era demonstrar que CAER é falso porque viola o princípio epistêmico de fechamento sob implicação conhecida. Assim, em virtude da semelhança do CAER com a condição de sensibilidade, uma objeção dirigida à condição de sensibilidade amplamente discutida na literatura também se aplica ao CAER: a violação do PF sob implicação conhecida.

Para ilustrar essa objeção feita por Graham e Maitzen à condição de sensibilidade, e conseqüentemente ao CAER, a partir do PF, suponha que você esteja estudando sobre a possibilidade de ser um cérebro numa cuba. E, de repente, o seu celular emite um som de toque que normalmente indica você ter recebido uma mensagem de texto. Nesse caso, sua experiência de ouvir o som de toque é uma evidência E para apoiar a hipótese H de que o celular está realmente tocando. O CAER permite que E seja uma evidência para H já que, se o seu celular não estivesse tocando, não é de se esperar que você tenha a experiência daquele som. E ao escutar o som de toque emitido e decidir não pegar o celular para olhar a mensagem de texto a fim de se concentrar nos estudos, você também acredita que:

(~CNC) Eu não sou um cérebro numa cuba conectado a um computador super sofisticado que simula exatamente esse som de toque do celular.

O que temos até aqui é que CAER permite que E, a experiência do som de toque, seja uma evidência para apoiar H. Porém, a crença em ~CNC não passa no teste do CAER, pois se ~CNC fosse falso, sua experiência não seria diferente do que é. O computador simula experiências no seu cérebro que está na cuba para tornar a verdade indistinguível da falsidade por você. Dado isso, você não pode acreditar razoavelmente que, dadas as suas faculdades cognitivas e o uso que você faz delas, se CNC fosse o caso, então a sua situação seria provavelmente diferente do que é em alguma medida discernível para você. Portanto, a experiência do som de toque do celular E não serve como uma evidência para apoiar ~CNC.

O problema é que H, o celular tocando, implica que \sim CNC. Pois se você sabe que H por causa de E, também deveria saber que \sim CNC, já que se H implica que \sim CNC, o PF te permite saber que \sim CNC. Em outras palavras, a violação do PF ocorre pela seguinte razão: CAER implica que você pode ter o direito de dizer “Parece que o meu celular está tocando”, mesmo que você não tenha o direito de dizer “Parece que não sou um cérebro numa cuba conectado a um computador super sofisticado que simula exatamente esse som de toque do celular”. A problemática reside em você ter o direito de afirmar que H, o celular está tocando, ver que H implica \sim CNC, e mesmo assim não ter o direito de afirmar “parece que \sim CNC”.

Para usar um raciocínio mais complexo e próximo de Graham e Maitzen (2007, p. 84-85), você pode afirmar

(1) Parece que (H e \sim CNC)

com a autorização de CAER por causa de E. Uma vez que se (H e \sim CNC) fosse falso, seria falso que H, o celular não estaria realmente tocando, e você discerniria isso, já que de acordo com o CAER, você não teria E, a experiência de ter escutado o som de toque do celular. Portanto, pelo CAER, dadas as suas faculdades cognitivas e o uso que faz delas, se H não fosse o caso, E seria provavelmente diferente do que é em alguma medida discernível para você.

Semelhantemente, por causa de E, você está autorizado por CAER a dizer que

(2) Parece que H.

Porém, você falha ao satisfazer CAER ao dizer que

(3) Parece que \sim CNC.

Já que, como dito, se \sim CNC fosse falso, sua experiência, E, não seria diferente do que é.

Ora, sabemos que uma conjunção implica cada uma de seus conjuntos, de modo que (H e \sim CNC) implica \sim CNC. Se este é o caso, CAER viola o PF por implicação conhecida. Lembre-se que de acordo com esse princípio, se um sujeito sabe alguma proposição p, e sabe que p implica uma outra proposição q, então esse sujeito está em posição de saber que q. A violação desse princípio no CAER acontece porque você está

autorizado por CAER a dizer “parece que (H e \sim CNC)”, enquanto não está autorizado a dizer por CAER que “parece que \sim CNC”, mesmo sabendo que (H e \sim CNC) implica \sim CNC. Nas palavras de Graham e Maitzen (2007):

um sujeito H pode satisfazer o CAER ao dizer “Parece a H que (p & q)” enquanto falha em satisfazer o CAER ao dizer “parece a H que p”, mesmo quando H saiba, como H normalmente sabe, que (p & q) implica p. Assim, o CAER viola o fechamento, um defeito que muitos consideram fatal para as análises de conhecimento sobre as quais o conhecimento deve ser sensível. (p. 84)

Portanto, o CAER sofre da mesma objeção clássica oferecida a condição de sensibilidade: eles violam um princípio epistêmico inegável, nomeadamente, o PF e, portanto, devem ser rejeitados. Antes de passarmos ao tratamento de Wykstra dessa objeção, devemos expor a objeção cética feita contra o PF e a solução contextualista, solução esta que serve como um forte apoio ao contextualismo semântico.

4. A objeção cética ao princípio de fechamento e a solução contextualista

Vejamos, primeiramente, a objeção cética ao PF, em seguida, a proposta de resolução o modo como o seu argumento a favor da compatibilidade entre a condição de sensibilidade e o PF se desenvolve passo a passo.

4.1. A objeção cética ao Princípio de Fechamento

De acordo com Dretske e Nocizk, o PF é suscetível a objeções céticas. Wykstra nos lembra de um exemplo oferecido por Dretske (1970) que explora um cenário cético local para questionar a plausibilidade do PF. O exemplo é o seguinte:

Você leva seu filho ao Zoológico, vê diversas zebras e, quando questionado por seu filho, lhe diz que são zebras. Você sabe que elas são zebras? Bem, a maioria de nós pouco hesitaria em dizer que nós sabíamos isso. Nós sabemos como zebras se parecem e, além do mais, esse é o zoológico metropolitano e os animais estão em um cercado claramente sinalizado “Zebras”. Ainda assim, algo ser uma Zebra implica que [esse algo] não seja uma mula e, em particular, que [esse algo] não seja uma mula espertamente disfarçada pelas autoridades do zoológico para se parecer com uma zebra. Você sabe que esses animais não são mulas espertamente disfarçadas pelas autoridades do zoológico para se parecerem com zebras? Se você está tentado a responder “sim”

a essa questão, pense um momento a respeito de quais razões você possui e qual evidência você pode produzir em favor dessa alegação. A evidência que você tinha para pensar [que os animais eram] zebras foi efetivamente neutralizada, pois ela não conta em favor [dos animais] não serem mulas espertamente disfarçadas para se parecerem com zebras. (1999, p.29)

Dessa maneira, a sua experiência de ver, no cercado, uma placa com a palavra ‘zebras’ e os animais brancos com listras pretas, constitui uma evidência que fornece uma razão para você crer que

(Z) Sabe que o animal que está na sua frente é uma zebra.

Mas se o PF é verdadeiro, você

(~MD) Sabe que animal não é uma mula disfarçada pelas autoridades do zoológico para se parecer com uma zebra.

Podemos, então, afirmar que pelo PF:

(PF-Z) Se você sabe que o animal na sua frente é uma zebra, então o animal não é uma mula disfarçada pelas autoridades do zoológico para se parecer com uma zebra.

Mesmo que Z implique logicamente em ~MD, você ainda estaria justificado a crer que ~MD a partir da sua experiência de ver? Dificilmente. O problema reside no reconhecimento de que não estamos em posição de descartar a alternativa cética de que o animal não é uma mula disfarçada pelas autoridades do zoológico para se parecer com uma zebra. Ora, dado o PF expresso em PF-Z, se você não está justificado em acreditar que ~MD, então você também não está justificado a acreditar que Z. Portanto, o PF implica que não conhecemos muitas das nossas reivindicações cotidianas que implicam na falsidade de alternativas céticas.

Wykstra diz que é precisamente neste ponto que muitos consideram o PF problemático, já que a sua experiência de ver não permite que você saiba que ~MD. Por quê? Porque é assim que seria a sua experiência de ver se fosse uma mula disfarçada. Mas essa razão de não estarmos justificados em crer que ~MD neste cenário é precisamente o

que é captado pela condição de sensibilidade de Dretske e Nozick, e pelo CAER de Wykstra (2007, p.90): “os dados não podem permitir que você saiba que não é um X, se os dados são exatamente como seriam se fossem um X.” Portanto, diz Wykstra (2007, p.90), “o problema que os autores [Graham e Maitzen] colocam aos pés de CAER é justamente o que leva muitos a abandonar o [princípio de] fechamento”.

Vamos aplicar o cenário cético global do cérebro numa cuba semelhante ao que Andrew Graham e Stephen Maitzen (2007) propuseram ao PF da seguinte maneira. Pelo PF, temos:

(PF-C) Se você sabe que H, isto é, que o seu celular está realmente tocando, então sabe que \sim CNC, ou seja, que você não é um cérebro numa cuba conectado a um computador super sofisticado.

Acrescente que

(1) Você não sabe que \sim CNC.

De (PF-C) e (1) se seguirá que

(2) Você não sabe que H.

Os críticos de PF apresentam a alternativa cética global CNC, ou seja, que você é um cérebro numa cuba conectado a um computador super sofisticado. Diante dessa alternativa, (1) você não sabe que \sim CNC, isto é, não sabe que não está sendo de fato engado por cientistas malvados. Mas se (1) você não sabe que \sim CNC, então (2) você não sabe que H. Portanto, novamente os críticos concluem que, o PF implica que não conhecemos muitas das nossas reivindicações cotidianas que implicam na falsidade de alternativas céticas. E como observa Wykstra, não sabemos que \sim MD porque é assim que seria a nossa experiência de ver se fosse uma mula disfarçada, tal como expresso pela condição de sensibilidade.

Há duas reações encontradas na literatura filosófica: os que negam o PF-Z e PF-C (e conseqüentemente o PF) e sustentam a razoabilidade da condição de sensibilidade, e os que negam (1) para manter a razoabilidade de PF-Z e PF-C (e conseqüentemente de PF) ao invés da condição de sensibilidade. Como já observado, Drestke (1970) e Nozick

(1981) negam o PF-Z e PF-C, pois uma vez que eles asseguram a razoabilidade da condição de sensibilidade, a falsidade do PF se segue. Eles acreditam que os céticos estão parcialmente certos, pois enquanto a condição de sensibilidade não é satisfeita por alguma proposição, não podemos razoavelmente acreditar em tal proposição. No entanto, muitos consideram essa negação do PF-Z como insustentável, pois como poderíamos assegurar que se sabemos p e sabemos que p implica q e, ainda assim, não sabemos q? Richard Fumerton (1987) corretamente observa:

Em sua discussão sobre o conhecimento empírico, provavelmente o movimento mais surpreendente, original e dialeticamente engenhoso que Nozick faz é tomar a objeção mais devastadora a sua visão e abraçá-la como uma de suas vantagens. (p. 170)

Os que negam (1) mantêm que o PF é um princípio razoável e rejeitam a condição de sensibilidade. Como vimos, Andrew Graham e Stephen Maitzen (2007) sustentam essa posição. E devido a razoabilidade *prima facie* do PF, a maioria dos epistemólogos rejeitam princípios incompatíveis com o PF.

Uma terceira posição surgiu com o contextualismo semântico. Os contextualistas propuseram que a sua epistemologia é capaz de aliviar a tensão cética que existe no PF. Estendendo isso para os nossos propósitos, a contextualismo também seria capaz de conciliar o PF com a condição de sensibilidade desfazendo, assim, as objeções céticas ao PF. Isso levou muitos epistemólogos a adotarem o contextualismo como uma teoria epistêmica plausível capaz de salvar o PF das objeções céticas.⁴ Vejamos como o contextualismo se propõe a resolver as objeções céticas ao PF, sendo capaz, portanto, de resolver a tensão entre o PF e a condição de sensibilidade.

4.2. A explicação contextualista do Princípio de Fechamento

Ao contrário da atitude de Dretske e Nozick – abandonar o PF para abraçar o princípio de sensibilidade – os contextualistas se preocuparam em oferecer um relato capaz de dar conta do ceticismo sem negar o PF. Dessa forma, é possível conciliar o PF com a condição de sensibilidade evitando, portanto, as alternativas céticas locais ou

⁴ Dado que o objetivo deste artigo é construir uma proposta de uma explicação não-contextualista a favor da compatibilidade ente PF e a condição de sensibilidade, não iremos abordar as outras reações aos argumentos céticos baseados em PF.

globais. Vamos tomar a explicação de Stewart Cohen (2000) como representativo da posição contextualista.

Pode-se afirmar que Cohen (2000) propõe oferecer um relato que compatibilize o PF com a condição de sensibilidade a partir da noção contextualista, que assegura que as atribuições de conhecimento são sensíveis ao contexto. De acordo com a sua caracterização de contextualismo,

valor de verdade de sentenças contendo as palavras “saber” e seus cognatos dependerá de padrões determinados contextualmente. Por causa disso, tal frase pode ter diferentes valores de verdade em diferentes contextos. Agora, quando digo “contextos”, quero dizer “contextos de atribuição”. Portanto, o valor de verdade de uma frase contendo o predicado de conhecimento pode variar dependendo de coisas como os propósitos, intenções, expectativas, pressuposições etc., dos falantes que proferem essas frases. (p. 94)

Na visão contextualista, o antecedente e o conseqüente do PF-Z possuem diferentes padrões. Quando dizemos que não sabemos que \sim MD, estamos usando padrões mais rígidos do que quando dizemos, em contextos cotidianos, que sabemos que Z. No contexto cotidiano, sabemos que Z e sabemos que \sim MD porque os padrões são tais que as nossas atribuições de conhecimento cotidiano podem ser verdadeiras. O mero reconhecimento de que raramente algum zoológico disfarçaria uma mula para se parecer com uma zebra é razão suficiente para sabermos que Z e \sim MD. Nesse caso, existe a possibilidade de MD ser rejeitado com base em evidências indutivas sobre a probabilidade de tal engano. No entanto, quando confrontados com argumentos céticos que propõem, por exemplo, a condição de sensibilidade, somos levados a elevar a rigidez dos nossos padrões de conhecimento. Dado o padrão que opera em contextos céticos, não sabemos que \sim MD e nem que Z. Portanto, o problema com PF-Z ocorre, para usar as palavras de Cohen (2000, p. 103) “devido ao fato de não prestarmos atenção às mudanças contextuais”.

Vimos como o contextualismo lida com alternativas céticas locais, mas e as alternativas céticas globais como o caso de sermos um cérebro numa cuba? Parece que não há evidências empíricas que me levem a rejeitar essa possibilidade mesmo em padrões cotidianos de conhecimento. Cohen (2000, p.104-105) recorre a ideia de que é racional a priori negar alternativas céticas globais em contextos cotidianos para sabemos que são falsas. No contexto cotidiano, consideraríamos louco alguém que acreditasse ser um cérebro numa cuba. Tal alternativa cética global desafia o bom senso. Nesse caso, é

racional nos padrões cotidianos de conhecimento negarmos a alternativa de que somos enganados por cientistas malvados que colocaram os nossos cérebros numa cuba, mesmo que não tenhamos evidências contra essa alternativa cética global. No entanto, novamente, sob o questionamento cético que propõe, por exemplo, a condição de sensibilidade, os padrões se elevam. Portanto, podemos afirmar que a maneira como os contextualistas compatibilizam o PF com a condição de sensibilidade é reconhecendo que eles são válidos em contextos diferentes; o primeiro em contextos cotidianos e o segundo em contextos céticos.

Diversas questões e objeções surgem contra o relato contextualista acerca do tratamento das objeções céticas dirigidas ao PF e a consequente resolução do conflito entre o PF e a condição de sensibilidade. Por questões de escopo do artigo, me limitarei a oferecer uma explicação não-contextualista a favor da compatibilidade entre o PF e a condição de sensibilidade. Pelo que o conflito for solucionado como Wykstra irá propor, o contextualismo sofre a perda de parte de sua força explicativa. Finalmente, passemos ao relato de Wykstra.

5. A solução não-contextualista de Wykstra

A intenção de Wykstra (2007) no seu artigo em resposta a Graham e Maitzen é salvar tanto o princípio CAER quanto o do fechamento mostrando que, com a ampliação de uma distinção feita por Rudolph Carnap, o PF funciona adequadamente com CAER e, consequentemente, com a condição de sensibilidade. Vejamos como o seu argumento a favor da compatibilidade entre a condição de sensibilidade e o PF se desenvolve passo a passo.

5.1. Distinção de Carnap e extensão de Wykstra

Wykstra segue sua resposta a Graham e Maitzen observando que na sua formulação original do CAER há uma distinção que é fundamental para bloquear a objeção de que a condição de sensibilidade viola o PF. Essa distinção deriva da distinção entre confirmação “incremental” e confirmação “absoluta” feita por Carnap (1962) em sua obra chamada “*Logical Foundations of Probability*”.

Wykstra faz uso desses dois conceitos de confirmação presentes na lógica probabilística de Carnap, e traça um paralelo com o que ele chama de suporte “dinâmico”

e “estático”. No suporte dinâmico, paralelamente à confirmação incremental, a evidência p dá suporte dinâmico à proposição q quando ela dá um incremento adicional ou aumento de probabilidade de q . E esse suporte acontece mesmo que, em relação ao conjunto de *evidências totais* (p e as *informações de base* k), q permaneça improvável. Nas palavras de Wykstra (1984):

Ambos os sentidos [fortes e fracos] de 'desconfirmação' [e confirmação] são dinâmicos, envolvendo o grau em que as evidências aduzidas alteram a probabilidade de uma reivindicação da sua probabilidade dado o nosso conhecimento prévio [*informações de base* k] e, portanto, devem ser distinguidas das do sentido 'estático' (abordado por Plantinga) da probabilidade de uma reivindicação com relação apenas à evidência apresentada.

Wykstra (2007, p. 91) diz que Carnap observou que “uma coisa é que a hipótese H seja (estaticamente) improvável [ou provável] em algum corpo de evidência, e outra coisa é que H seja tornado improvável [ou provável] por alguma nova evidência.” (Wykstra 2007, p. 91). Para ilustrar isso, Wykstra pede para que suponhamos que estamos jogando pôquer. Este jogo é um jogo de cartas com o baralho composto por 4 naipes (copas, espadas, ouros e paus). Cada naipe tem cartas dos valores 2 (dois), 3 (três), 4 (quatro), 5 (cinco), 6 (seis), 7 (sete), 8 (oito), 9 (nove), 10 (dez), J (valete), Q (dama), K (rei) e A (ás). O jogador tem o objetivo de fazer a melhor combinação de 5 cartas, também chamada de mão. Imagine-se que eu recebo uma mão, a combinação de 5 cartas, e percebo que ele não contém ases. Com base em meu conhecimento prévio do jogo, é improvável que (H) você tenha quatro ases. Seja E a situação de eu ter visto minha mão sem ases. De acordo com o suporte estático, a evidência do meu conhecimento prévio do jogo apoia H . Já de acordo com o suporte dinâmico, minha nova evidência E apoia H : ela aumenta a sua probabilidade dada a nossa informação de base.

5.2. Aplicação da distinção de Carnap e a extensão de Wykstra

Como pode essa distinção solucionar o problema proposto por Graham e Maitzen? Como vimos, a objeção é o reconhecimento de que de acordo com a condição de sensibilidade do CAER, E (o som de toque do celular) pode suportar H (o celular está tocando), mas não pode suportar \sim CNC (que você não é um cérebro numa cuba). Mas você sabe que H implica \sim CNC, portanto, se o PF é verdadeiro, e E suporta H , também deve suportar \sim CNC, o que não é o caso.

Para usar novamente uma linguagem mais complexa semelhante à de Graham e Maitzen: De acordo com a condição de sensibilidade do CAER, se $(H \text{ e } \sim\text{CNC})$ não fosse o caso, E seria provavelmente diferente do que é em alguma medida discernível para você. Portanto, você estaria autorizado a afirmar "Parece que $(H \text{ e } \sim\text{CNC})$ ", já que se $(H \text{ e } \sim\text{CNC})$ fosse falso, você não teria E. Pela mesma razão, por causa de E você está autorizado por CAER a dizer "Parece que H", pois E pode suportar H. Porém, você não está autorizado por CAER a dizer "Parece que $\sim\text{CNC}$ ", pois se $\sim\text{CNC}$ fosse falso, E não seria diferente do que é. Mas como pode CAER autorizar a dizer "Parece que $(H \text{ e } \sim\text{CNC})$ ", enquanto não autoriza a dizer "Parece que $\sim\text{CNC}$ ", mesmo sabendo que, pelo PF, $(H \text{ e } \sim\text{CNC})$ implica $\sim\text{CNC}$?

A questão que os autores colocam e que Wykstra (2007, p.92) lembra é:

Como sua evidência total pode apoiar uma conjunção e falhar em apoiar uma de suas conjunções? Como você poderia ter uma melhor evidência em relação a $(p \ \& \ q)$ do que em relação a p?

Wykstra acredita que a distinção de Carnap e a sua extensão proposta revela equívocos no raciocínio acima. De acordo com a condição de sensibilidade do CAER, E não pode suportar $\sim\text{CNC}$ no sentido dinâmico, mas serve como um suporte dinâmico para me tornar justificado a acreditar apenas em H. Assim, E aumenta a probabilidade de H dada as informações de base, mas não aumenta a probabilidade de $\sim\text{CNC}$ dada as informações de base.

A questão crucial, de acordo com Wykstra, é que o PF não se aplica a operadores epistêmicos dinâmicos, mas apenas aos estáticos. Para demonstrar que o PF não se aplica a operadores epistêmicos dinâmicos, Wykstra pede para considerarmos uma conjunção como $(J\&P)$: João é cidadão de Portugal e Pedro é cidadão da Itália. Suponha que eu não esteja justificado em acreditar que $J\&P$. Até que um dia, enquanto caminhava na Praia de Copacabana, me encontrei com João. Conversando com João, ele me diz que, apesar do seu sotaque brasileiro, ele é de Portugal e, para me provar, me mostra o seu passaporte. A evidência E, o passaporte de João, diz Wykstra (2007, p.92) que "ao aumentar [J], pode aumentar enormemente a probabilidade da conjunção $[J\&P]$; no entanto, nada faz para aumentar a probabilidade de [P], o primeiro conjunto." No entanto, se PF se aplicasse a operadores epistêmicos dinâmicos, E deveria aumentar a probabilidade de P da mesma maneira que aumentou a probabilidade de J, o que é claramente falso.

O que Wykstra defende, então, é que o PF se aplica apenas ao suporte estático, enquanto que o CAER e a condição de sensibilidade se aplicam apenas ao suporte dinâmico.

Vejamos qual é a relevância da distinção nos contraexemplos.

4.3. O caso da zebra

Voltando ao exemplo da zebra e seus problemas. Podemos ver que a partir das restrições previamente estabelecidas no CAER e no PF, o problema é solucionado. “A Distinção Carnapiana nos permite descrever a situação [da zebra] com mais discernimento em termos de duas verdades complementares, T1 e T2”. Continua Wykstra (2007, p.93):

É verdade que (T1), ao ver o bicho listrado na jaula, posso me tornar justificado a acreditar que (Z) vejo uma zebra, embora, ao ver isso, não possa me tornar justificado ao acreditar que não é uma mula pintada com listras. (Afinal, é assim que pareceria se fosse uma mula pintada, por isso, pelo CAER, sua aparência não pode (dinamicamente) me justificar a acreditar que não é uma mula pintada.) Mas também é verdade que (T2) se, com base em minhas evidências, estou justificado em acreditar que é uma zebra, neste caso, também estou, com base nessa evidência, justificado em acreditar que não é uma mula pintada de listras dentro da gaiola. (Pois vejo que a primeira proposição acreditada implica na segunda e, com base em minhas evidências, estou justificado em acreditar na primeira, então, pelo [princípio de] fechamento, também estou justificado em acreditar na segunda.)

A diferença aqui é entre dizer (T1) “Ao ver o bicho listrado na gaiola, posso me tornar justificado a acreditar apenas em Z” de afirmar (T2) “Com base em ver o bicho listrado na gaiola, estou justificado em acreditar em Z e que não é uma mula pintada de listras dentro da gaiola”. T1 capta a intuição do CAER e da condição de sensibilidade e T2 a intuição do PF. A solução do aparente conflito entre o CAER (e a condição de sensibilidade) e o PF está no reconhecimento de que ambos se aplicam a coisas diferentes em condições que ambas podem se manter da seguinte maneira, explica Wykstra (2007): Seja ET a evidência total que consiste tanto nas evidências antecedentes T (ou o que chamamos de *informações de base k*) que você possui sem olhar na gaiola, e sua evidência E do que você vê ao olhar na gaiola. Como dito, a condição de sensibilidade do CAER diz que E não suporta (ou justifica) a proposição \sim MD: não é uma mula disfarçada de zebra. Mas, se você está justificado em acreditar que \sim MD, isso se dá por outras razões

que não E. Neste caso, você está justificado em acreditar que $\sim MD$ por causa das evidências antecedentes $T(k)$.

Portanto, é possível que você veja a gaiola e, por CAER, se torne justificado em acreditar que uma zebra está na gaiola com base em E. Mas você também pode estar justificado em acreditar que não é uma mula pintada na gaiola – e isso não ocorre em virtude de E, mas de suas evidências antecedentes. Essas evidências antecedentes “não nos dão razão para pensar que alguma vez houve, em toda a história do universo, uma mula pintada substituindo uma zebra em um zoológico real”, diz Wykstra (2007, p.93). Ou seja, as evidências antecedentes $T(k)$ já descartarão o cenário das mulas como tendo uma probabilidade anterior muito baixa. Pelo que a minha evidência de ver o equino listrado na jaula da zebra é suficiente para descartar a hipótese de que é uma mula pintada na jaula da zebra.

5.4. O caso do cérebro numa cuba

E quanto ao caso do cérebro numa cuba? Para aplicarmos o mesmo raciocínio no cenário da zebra no zoológico, temos o problema de saber o quanto as nossas evidências antecedentes tornam improvável o cenário do cérebro numa cuba. Wykstra pede, novamente, para supormos um cenário semelhante ao descrito a seguir. Você vive num mundo cientificamente desenvolvido e alguns cientistas malvados estão capturando pessoas, tirando os seus cérebros de seus corpos e colocando os cérebros em cubas conectadas a supercomputadores de modo a simular perfeitamente uma realidade. Recentemente, você descobriu um esconderijo desses cientistas malvados e encontrou cadáveres de pessoas com a cabeça aberta e os seus cérebros numa cuba conectadas a um supercomputador que você sabia que simulava perfeitamente uma realidade. Essa descoberta está inclusa na sua evidência total T. O choque dessa descoberta tem feito você estudar filosofia em demasia sobre a possibilidade muito real de você ter sido capturado e estar vivendo uma simulação da vida real de maneira semelhante. Mas, com base na taxa de pessoas que foram capturadas por esses cientistas malvados, você chega à conclusão de que a probabilidade de você ser um cérebro numa cuba é de 0,01. Ainda estudando e meditando sobre isso, você ouve o (E) som de toque de celular indicando uma mensagem de texto recebida e forma a crença de que (H) o celular está (realmente) tocando.

Dada a distinção carnapiana, diz Wykstra, a condição de sensibilidade do CAER assegura que a nova evidência E, a sua experiência de escutar o som de toque do celular, não pode “dinamicamente” te tornar justificado a acreditar que \sim CNC (você não é um cérebro numa cuba), uma vez que, como vimos, a sua situação epistêmica seria a mesma. De modo que, se em sua evidência anterior T, você não está justificado a acreditar em \sim CNC, você não se tornará justificado a acreditar em \sim CNC mesmo depois de E. Mas se em T a probabilidade prévia de você ser um cérebro numa cuba é de 0,01, E te torna justificado a acreditar em H com base em T, então o PF também te justifica, com base em T, a acreditar em \sim CNC. Perceba que o PF, nas palavras de Wykstra (2007, p.94), “não diz o que o justifica em acreditar nessa última afirmação: não diz, o mais importante, que sua nova evidência de toque musical desempenha aqui qualquer papel de evidência dinâmica.” Pelo que podemos concluir que o PF admite a possibilidade de que E te faça dinamicamente justificado em acreditar em H somente se você, com base em T, já estiver justificado em acreditar que \sim CNC.

Por outras palavras, a sua experiência de ouvir o som de toque do celular não pode ter nenhum papel evidencial – não pode fornecer uma razão justificadora – para a sua crença de que você não é um cérebro numa cuba. É apenas isso que a condição de sensibilidade do CAER afirma. O ponto, como na citação de Wykstra acima, é que o PF não diz o que o justifica e, em particular, não diz que a minha experiência atual de ouvir o som do toque deve desempenhar um papel justificativo na minha crença de que eu não sou um cérebro numa cuba. Portanto pela distinção carnapiana, é possível manter tanto o CAER quanto o PF de maneira harmoniosa e não-conflituosa.

6. Conclusão

A formulação do CAER implica apenas que eu estou autorizado a afirmar ‘parece que P (no exemplo acima, não sou um cérebro numa cuba)’ com base (no sentido dinâmico) em algumas informações específicas de uma situação já conhecida, ao invés de com base em uma nova evidência surgida na situação.

O fato da condição de sensibilidade do CAER ser apenas para operadores epistêmicos dinâmicos desfaz a objeção de que CAER satisfaz uma conjunção (p e q) mesmo quando não para um de seus conjuntos (p). Nas palavras de Graham e Maitzen “como sua evidência total pode apoiar uma conjunção enquanto falha em apoiar uma de

suas conjunções?” Pois apesar de CAER satisfazer (p e q), Wykstra (2007, p. 95-96) afirma que

o CAER não implica que “sua *evidência total* falha em apoiar q (embora apoie p&q)”, nem que você esteja “muito melhor em relação a p&q do que em relação a q”. Isso implica apenas que sua nova evidência surgida não pode aumentar dinamicamente q, (embora possa aumentar dinamicamente p & q): sua nova evidência surgida não pode “impulsionar” você a ser epistemicamente melhor do que era antes em relação a q (embora possa ser assim para p&q).

Portanto, restringir a condição de sensibilidade do CAER a operadores epistêmicos dinâmicos e o PF aos operadores epistêmicos estáticos demonstra que a condição de sensibilidade funciona adequadamente com o PF. Sendo assim, o proponente da condição de sensibilidade pode aceitar o PF e a objeção clássica contra a condição de sensibilidade formulada por Graham e Maitzen falha. E, assim, o conflito que levou muitos filósofos a adotarem o contextualismo é solucionado, pelo que seja lá qual for a razão pela qual devemos aceitar o contextualismo, não é devido a sua capacidade explicativa do PF.

Referências

- ANDREW, G.; STEPHEN, M. “Cornea and Closure”. *Faith and Philosophy*, v. 24, p. 83-86, 2007.
- BAUMANN, P. “Epistemic Closure”. In: *The Routledge Companion to Epistemology*, Routledge. P. 597-608, 2011.
- CARNAP, R. *Logical Foundations of Probability*. Chicago, p. 468-478, 1962.
- COHEN, S. “Contextualism and Skepticism”. *Philosophical Issues*, v. 10, p.84-107, 2000.
- DAVID, M.; WARFIELD, T. A. “Knowledge-Closure and Scepticism”. In: *Epistemology: New Essays*, Oxford University Press, p. 137-187, 2008.
- DRETSKE, F. Epistemic Operators. *Journal of Philosophy*, v. 67, p. 1007-1023, 1970. Reimpresso In: *Skepticism: A Contemporary Reader*. DEROSE, K; WARFIELD, T. (eds). Oxford University Press, 1999.
- FELDMAN, R. “Contextualism and Skepticism”. *Philosophical Perspectives*, v.13, p. 91-114, 1999.
- FUMERTON, R. “Nozick’s Epistemology,” In: *The Possibility of Knowledge*, Rowman & Littlefield Publishers, p. 163-181, 1987.
- NOZICK, R. *Philosophical explanations*. Belknap Press, 1981.
- SWINBURNE, R. *The Existence of God*, revised edition. Oxford: Clarendon Press, 1979.
- WILLIAMSON, T. *Knowledge and Its Limits*. Oxford University Press (2000).

WYKSTRA, S. “The Humean Obstacle to Evidential Arguments from Suffering: On Avoiding the Evils of ‘Appearance’”. *International Journal for Philosophy of Religion*, v. 16, p. 73-93, 1984.

_____. “CORNEA, Carnap, and Current Closure Befuddlement”. *Faith and Philosophy*, v. 24, p. 87-98, 2007.

Recebido em: 07/09/2020

Aprovado em: 21/01/2021